

A EUROPA CONTRA A  
LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

Pedro Vaz Patto

SUÉCIA. ENTRE O  
COMPROMISSO E A

POLARIZAÇÃO

Nuno Sampaio

O MEDO  
E A DESCONFIANÇA  
NA EUROPA

Gonçalo Ribeiro Telles

CIDADES, MOBILIDADE  
E LIBERDADE

Maria Albuquerque

IGREJAS NA CIDADE

Alfredo Teixeira

UM "MAL INVISÍVEL"

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

ONDE PARA O PATRIMÓNIO  
MUSICAL PORTUGUÊS

José Bruto da Costa

ROQUE CABRAL SJ  
(1927–2021)

Michel Renaud

+

CADERNO CULTURAL

Legómena, Ágora, Cinema,

Série, Exposições, Teatro, Recensões

Na Brotéria

O MEDO E A DESCONFIANÇA  
NA CONSTRUÇÃO EUROPEIA  
DE HOJE

Gonçalo Ribeiro Telles

Da realidade entre a verdade e a mentira no interior da política, vivemos hoje um tempo que influi em todo este binómio e que o agrava pelo novo fenómeno através das notícias, narrativas e premissas falsas que fazem regra nalgumas redes sociais e vão muito para além delas. Tar- diamente e só recentemente, começou-se a criar legislação concreta para travá-la. Todo este fenómeno advém do lugar de um extremismo político, nacionalista e até de uma agenda religiosa. Generaliza-se, culpabiliza-se por tudo ou nada, gera-se o ódio a qualquer custo, institui-se o medo e a ausência da responsabilidade individual através do “eles” e “nós” constante.

CIDADES, MOBILIDADE E  
LIBERDADE. A IMPORTÂNCIA DAS  
NOSSAS ESCOLHAS PARA TODOS  
Maria Albuquerque

As cidades e os seus sistemas de trans- portes são ambientes vivos onde as nos- sas escolhas têm uma influência na vida dos outros. Pode uma linha de metro no interior da cidade resolver problemas das periferias? Sim. E pode a redução do estacionamento melhorar a vida dos que vivem e se deslocam na cidade? Também. O ordenamento do território e a aposta numa cidade mais compacta têm conse- quências diretas na eficiência dos modos de transporte? Sem dúvida. Um dos gran- des desígnios do planeamento da cidade e da mobilidade deve ser, por tudo isto, o de fazer com que as nossas escolhas intu- itivas consigam ser, simultaneamente, as que resultem em soluções que melhoram a vida urbana de todos.

IGREJAS NA CIDADE.  
UM MAPA ESPIRITUAL  
Alfredo Teixeira

Como pensar a espacialidade religiosa? Entre o revivalismo e o futurismo, a dis- crição e a ostentação, a memória e a pro- fecia, as igrejas na cidade revelam-se uma biblioteca essencial para o mapeamento material e espiritual da cidade. Esse mapa, na medida em que foi enriquecido por tempos diversos, dinanismos sociais he- terógenos e, cada vez mais, por geografias religiosas plurais, tornou-se um lugar de aprendizagem das diferenças que descre- vem as culturas urbanas, competência crucial nos novos regimes de cidadania.

UM "MAL INVISÍVEL": QUASE  
APÓS A PANDEMIA

Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

Sobre a terrível experiência do corona- vírus que ainda sofremos, já muito se disse, pelo que pretendemos considerar algumas dimensões cuja vivência é pes- soal, quer na relação do sujeito consigo mesmo quer com os outros, algumas de- las presentes em textos primevos sobre outras pandemias. Com efeito, o cidadão deve estar atento e saber pôr as perguntas próprias de uma mente livre – quem nos diz a verdade, quem nos engana, quem quer manipular-nos. E sendo a liberdade um valor fundamental da pessoa humana – a capacidade de agir por si mesmo –, ela termina onde começa a liberdade do ou- tro: ela conjuga-se com a responsabili- dade. Daí que os desafios do pós-coronavírus não serão precedentes sem o respeito por imperativos que a experiência de confina- mento tornou óbvios, desde o valor má- ximo da vida, o bem comum, os ditames da justiça social, a urgência ecológica, aos princípios de exigência democrática.

# UM “MAL INVISÍVEL”: QUASE APÓS A PANDEMIA

Acílio da Silva  
Estanqueiro Rocha

UM — CEPS — CENTRO DE ÉTICA  
POLÍTICA E SOCIEDADE

Sobre a terrível experiência do coronavírus que ainda sofremos já muito se disse, e uma das mais atinentes afirmações que ouvi foi a um médico italiano, no início da pandemia, que advertiu: «o medo é o vírus e a informação a vacina». Se as referências históricas são antigas – como o ilustram os livros de Tucídides e Boccaccio –, onde o medo preponderava, mas sem vacina, hoje, que temos a vacina, não podemos completamente erradicar o medo; mas um medo racionalizado, respaldado nalguns imperativos para o pós-coronavírus.

## ITERAÇÕES DE TEXTOS PRIMEVOS

### a) Não havia memória de uma epidemia desta magnitude

Desde a Antiguidade houve epidemias e catástrofes, como as das “dez pragas” relatadas no Êxodo (7-11), da Bíblia, nomeadamente a peste nos animais (5ª praga, Ex 9, 3) e a peste das úlceras (6ª, Ex 9, 8-12) que, segundo pesquisas científicas das últimas décadas (de exegetas, arqueólogos, meteorologistas, geólogos, físicos e biólogos) deflagraram na sequência de fenómenos naturais que causaram, há cerca de 3500 anos (o faraó Ramsés II, que impedia os hebreus de demandar a Terra Prometida, reinou entre 1270 e 1213 a.C.), enorme sofrimento às populações.

Uma outra referência histórica – esta com maior explanação – é a do livro de Tucídides (século V a.C.), *História da Guerra de Peloponeso*, que narra a “peste de Atenas”, obra imorredoura da literatura grega – mais conhecida ainda com a tradução para inglês (1629) de Thomas Hobbes – que nos transmitiu uma descrição da peste com uma sintomatologia precisa através de termos técnicos, que resulta do conhecimento de Tucídides dos escritos da Escola de Hipócrates, mas ainda da arguta análise dos seus efeitos psicológicos, morais e sociais, alguns destes constantes na experiência dolorosa que a humanidade tem desses flagelos, desde sempre, até mesmo 25 séculos depois com a covid-19. Como escreve, «não havia memória de uma epidemia desta magnitude e com tão elevado grau de mortalidade»; aliás, nem os médicos podiam valer, «inicialmente, ignorantes que eram da maneira adequada de tratar da doença. Ainda por cima, foram dos mais atingidos pela morte, uma vez que eram as pessoas que mais vezes contactavam os doentes»<sup>1</sup>. De facto, a população sofreu, em 430 a.C. (1ª vaga em

1

Tucídides, *História da Guerra de Peloponeso*, trad. David Martelo, introd. Luís Lobo Fernandes, Lisboa: Edições Sílabo, Livro II, § 47 (p. 199).

430-429, 18 meses depois uma 2ª, em 427 a.C., mais trágica<sup>2</sup>) uma epidemia que dizimou cerca de um terço da população.

Se alguns já então alegavam que a sua origem não era natural, porventura terrorista<sup>3</sup>, Tucídides deixa aos especialistas a indagação das causas. A ele interessou-lhe uma descrição precisa para memória futura: «Por mim, narrarei simplesmente a sua natureza e explicarei os sintomas pelos quais talvez esta epidemia possa ser reconhecida pelos estudiosos, se algum dia voltar a aparecer»<sup>4</sup>. Aí recorre a écfrases (discursos que tentam ‘pôr sobre os olhos’ aquilo que aconteceu) para mostrar como as pessoas eram «(...) subitamente, atacadas de febres altíssimas na cabeça e de vermelhidão e inflamação nos olhos, e as partes internas da boca (a garganta e a língua) ficavam imediatamente da cor de sangue e passavam a exalar um hálito anormal e fétido. Estes sintomas eram seguidos de espirros e rouquidão, e pouco tempo depois o mal descia para o peito, seguindo-se tosse forte. Quando o mal se fixava no estômago, este ficava perturbado e ocorriam vômitos de bÍlis de todos os tipos mencionados pelos médicos, (...)»<sup>5</sup>. Nessa sua *História*, Tucídides caracteriza os males extremos – peste e guerra –, que transformaram as instituições e as pessoas, ele incluído (foi general e contraiu a doença), sofrendo na pele, com os seus concidadãos, essas duas situações-limite.

b) *Os homens evitavam-se (...), parentes distanciavam-se (...)*

Também a “peste negra” (assim chamada porque provocava hemorragias subcutâneas que ficavam escuras na fase terminal) é uma referência sempre evocada, descrita no *Decameron* (1353), obra em que Giovanni Boccaccio (1313-1375) – poeta e crítico literário italiano – descreveu tal flagelo que dizimou a Europa em 1348, de início na Itália (vinda da China). O “[livro] dos dez dias”, hoje também uma fonte para o estudo da peste, narra como dez jovens, 3 rapazes e 7 raparigas (têm a iniciativa) se encontram na igreja de Santa Maria Novella, em Florença e decidem fugir do flagelo, sair da cidade e rumar a um castelo; aí isolados, onde passam dias de divertimentos, danças, conversas, jogos, jantares, etc. Todos os dias da semana (com exceção à sexta

- 2 «No Inverno seguinte, a peste atacou Atenas pela segunda vez. Embora a praga nunca a tivesse abandonado completamente, chegou a haver um período em que o número de casos diminuiu drasticamente. [...] Não houve nada que mais fizesse sofrer os Atenienses e reduzisse o seu poder» . *Ib.*, III, 87 (p. 307).
- 3 Alegou-se que a sua gênese não era natural: “[...] o que deu origem a que dissessem que os Peloponésios haviam envenenado os reservatórios de água [...]”. *Ib.*, II, 47 (p. 199).
- 4 *Ib.*, II, 48 (p. 199).
- 5 *Ib.*, II, 49 (p. 200).

e ao sábado, cumprindo disposições religiosas), cada um conta uma história, tema livre decidido na véspera, que alterna com momentos pesados pelo sofrimento e morte provocados pela peste – a realidade vivida fora da fortaleza – e momentos de evasão próprios do prazer e da fantasia. Nessa atmosfera, os jovens narram 10 histórias, pelo que, ao longo das tardes, 100 novelas são desafiadas a fim de exorcizar *thantos* e invocar *eros*, mostrando como é o mundo da natureza no qual se tece a “comédia humana”, pela sequência dos vícios e das virtudes das personagens, que, alvo do riso e da ironia, inspiram reflexões sobre a condição humana.

De facto, o cenário exterior era apocalíptico, pois a morte surgia 3 a 7 dias depois do contágio e poucos resistiam ao bacilo causador da peste (transmitido pelo ar, ratos e pulgas): «(...) Os homens evitavam-se (...), parentes distanciavam-se, irmão era esquecido por irmão, muitas vezes o marido pela mulher; ah, e o que é pior e difícil de acreditar, houve pais e mães que abandonaram os filhos à sua sorte, sem cuidar deles e visitá-los, como se fossem estranhos»<sup>6</sup>. Boccaccio não propõe qualquer finalidade moral, expressando na obra o choque dos valores morais e sociais do crepúsculo da Idade Média, quando a peste diluiu a ordem social e civil e levou à transgressão de normas e valores que respaldavam a convivência social. O elevado número de traduções mostra a grande difusão da obra por toda a Europa.

### SAINDO DA “CAVERNA”

Após esta crise do coronavírus, que sejamos *algo mais!* – escrevia o filósofo Emilio Lledó, quais prisioneiros que somos e que desejamos libertarmo-nos da obscuridade para ver a *realidade* – invocando a conhecida alegoria do “mito da caverna” (Platão, *República*, VII). Ao jornalista, no seu domicílio em Sevilha, responde que, no confinamento, «com Homero, estou relendo a *Odisseia* em grego. E *Misericórdia*, de Pérez Galdós. E de quando em quando colho o Quixote, abro nalguma página e leio». À questão sobre «a urgência renovada de cuidar do público», o filósofo espanhol, de 93 anos, respondeu: «Mais do que nunca, é fundamental. O esforço que os hospitais estão fazendo é um exemplo. Na sua *Política* já Aristóteles dizia que a cidade, a *polis* na Grécia antiga, deveria ter apenas um objectivo, o bem comum. Sucede com a saúde e com a educação que, a meu ver, tem que ser uma e a mesma para todos, e não deve estar marcada pelas classes económicas. Cultivar a inteligência crítica é a chave, como o revela uma situação como esta. No meio de tanto excesso de informação, palavras refinadas e, pior,

6 Giovanni Boccaccio, *Decameron* (1348-1353), Roma: Tascabili Economici Newton (2001), p. 20.

entre tanta desinformação, o cidadão deve saber pôr-se as perguntas próprias de uma mente livre: quem nos diz a verdade, quem nos engana, quem quer manipular-nos»<sup>7</sup>.

A noção de *bem comum* remonta longe no tempo – já Aristóteles advertira que os humanos, fora da sociedade, não são propriamente humanos. Uns 1600 anos depois (séc. XIII), Tomás de Aquino desenvolveu tal concepção, sublinhando que o fim de uma organização política não é servir aos interesses deste ou daquele indivíduo, mas de todos os seus membros; um dos exemplos de que se serve, é o da linguagem – sem ela não haveria comunicação – um bem que só se exerce *entre vários*. E no século em que vivemos, a compreensão do que é o ‘bem comum’ tem sido muito valorizada, já que são múltiplas as instâncias a que importa atender com urgência – a saúde, o ensino, a ecologia, etc. Recorre-se também à expressão de ‘interesse geral’, frequentemente como sinónimo; todavia esta refere-se mais à satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Ora, sendo a sociedade anterior aos seus membros, o bem comum não é dado pela autoridade: é fruto de acções através das quais se realiza um justo equilíbrio entre os indivíduos e a comunidade. Uma conduta individual, que obedeça somente à lei, está aquém de uma conduta ética: esta é mais positiva e afirmativa que negativa. Na actual fase de pandemia, não deveria ser a sanção da lei a motivar-nos, mas os ditames do bem comum.

Se esta situação de crise cria obrigações para com a sociedade – os outros – a liberdade, sendo um valor fundamental da pessoa humana – a capacidade de agir por si mesmo – termina onde começa a liberdade do outro: ela conjuga-se com a responsabilidade. Não somos indivíduos isolados: sem os outros, não alcançaremos sequer os nossos objectivos; fora dos elos sociais não iremos a parte alguma. Como sabemos, é somente num quadro de coexistência socializada que a criança começa a vivenciar e a usufruir de benefícios sociais, crescendo e ocupando o seu lugar na sociedade; o facto de se estar entre vários, de *coexistir*, precede a existência do ‘si’: aliás, a maioria das culturas humanas considera que não há hominização sem vida em sociedade. Se cada um de nós só se torna uma pessoa e se realiza no seio da vida social e duma cultura, então, como cidadãos, devemos preocuparmo-nos com o que sustém o nosso mundo comum, o mantém e o torna melhor.

À questão sobre a imprevisibilidade do coronavírus, que é tantas vezes invocada, Edgar Morin – completou 100 anos de vida (Julho 2021) – responde ao jornalista, confinado no seu domicílio em Montpellier: «A experiência das irrupções na história mal penetrou nas

consciências. Ora, a chegada de um imprevisível era previsível, mas não a sua natureza; donde a máxima, “*espera o imprevisível*”<sup>8</sup>. Depois, precisou que “o futuro imprevisível está hoje em gestação. Esperemos que seja para uma regeneração da política, para a protecção do planeta e para uma humanização da sociedade: é tempo de mudar de Via”<sup>9</sup>. Aqui radicam imperativos fulcrais para o pós-covid.

## TRÊS IMPERATIVOS NO “PÓS-CORONA”

### a) O valor máximo da vida

Desta grave crise, releva um plexo de questionamentos *existenciais*, com incidência nas nossas vidas, que levou à redescoberta de algo que era preterido em tempos de normalidade – a reflexão existencial: *existir* não é simplesmente viver; a *existência*, como mostra a etimologia latina (*ex-sistere*, “sair de”), é essa capacidade que o ser humano tem de se posicionar como *sujeito* e *objecto* analítico de *si mesmo*; quer dizer, de indivíduos susceptíveis de se orientarem de acordo com a sua liberdade. Reflectir *existencialmente* é, portanto, interrogarmo-nos sobre o significado essencial da nossa presença no mundo e agir em consequência.

A crise pandémica fez-nos cair na conta do valor máximo da vida, o que, na actual situação de incerteza, fez-me recordar a *Carta a Meneceu* de Epicuro (341-270 a.C.), sobre o modo como os humanos devem encarar a vida e a busca da felicidade: «Assim, o mais terrível de todos os males, a morte, não é nada para nós, já que, enquanto nós existimos, a morte não está presente, e, ao contrário, quando a morte está presente, nós não existimos mais; portanto, a morte não é nada nem para os vivos nem para os mortos, já que não está presente para

8 “Edgar Morin: ‘Cette crise nous pousse à nous interroger sur notre mode de vie, sur nos vrais besoins masqués dans les aliénations du quotidien’”, *Le Monde*, le 19 avril 2020.

9 Edgar Morin, avec la collaboration de Sabah Abouessalam, *Changeons de Voie: les leçons du coronavirus*, Paris: Denoël (2020) p. 27. Para o autor, “as 15 lições do coronavírus” (cap. 1, pp. 29-61) versam (1) “sobre as nossas existências”, (2) “a condição humana”, (3) “a incerteza de nossas vidas”, (4) “a nossa relação com a morte”, (5) “a nossa civilização”, (6) “o despertar das solidariedades”, (7) “a desigualdade social no confinamento”, (8) “a diversidade das situações e a gestão da epidemia no mundo”, (9) “a natureza de uma crise”, (10) “sobre a ciência e a medicina”, (11) “uma crise de inteligência”, (12) “as carências de pensamento e de acção política”, (13) “as deslocalizações e a dependência nacional”, (14) “a crise da Europa”, (15) “o planeta em crise”. Por sua vez, eis “os desafios do pós-corona” (cap. 2, pp. 63-80): (1) “o desafio existencial”, (2) “o desafio da crise política”, (3) “duma mundialização em crise”, (4) “da crise da democracia”, (5) “do digital”, (6) “da salvaguarda ecológica”, (7) “da crise económica”, (8) “o desafio das incertezas”, (9) “o perigo duma grande regressão”.



os vivos, e os mortos não existem mais. E, no entanto, a maioria das pessoas ora foge da morte como se fosse o maior dos males, ora deseja-a como descanso dos males da vida»<sup>10</sup>. Epicuro, que se comprazia em comparar o seu pensamento à medicina, qual “médico das almas”, que – na sua escola, conhecida por “O Jardim” – a todos acolhia, mulheres, escravos, etc. Tal como antes Aristóteles preconizara, o escopo maior da vida é a felicidade; os humanos buscam-na, mas ignoram-na, constroem-na sobre bases falsas e sofrem com isso. Epicuro queria ir mais além... Se o maior escolho para a alcançar era o medo da morte, superado este, nada obstará a que fossemos felizes.

E recordou-me também Baruch Espinosa (1632-1677), um dos filósofos mais originais – diria “o filósofo moderno mais contemporâneo” – radicado na Holanda, de ascendência portuguesa (a família fugiu da inquisição em Portugal), que, na sua célebre obra, *Ética demonstrada à maneira dos géometras*, considera: «O homem livre em nada pensa menos que na morte; e a sua sabedoria não é uma meditação da morte, mas da vida»<sup>11</sup>. Para Espinosa, não é possível conceber o indivíduo humano apartado do esforço (*conatus*) de perseveração na existência, já que ele somente existe enquanto actualização de tal esforço. Esta, uma das asserções que tentei ter sempre presente nesta reflexão.

E hoje é Edgar Morin quem apresenta o *desafio existencial* como um dos primeiros, no “pós-corona”: «As nossas existências, até agora regidas por um tempo cada vez mais acelerado, puderam de novo ser administradas, poupadas, desaceleradas (excepto, obviamente, onde havia uma sobrecarga de obrigações familiares)»<sup>12</sup>. Em correlação com a vida, experienciou-se uma outra relação com a morte: «A modernidade laica recalcara ao extremo o espectro da morte, que só a fé dos cristãos na ressurreição exorcizava»<sup>13</sup>. Se a morte parecia ter-se apagado do espaço urbano, «de repente o coronavírus suscitou a irrupção da morte pessoal, até então postergada ao futuro no imediato da vida quotidiana”, pois “todos os dias contámos os mortos, o que manteve, até aumentou, o temor da sua imediatez»; «a falta de rituais necessários à inscrição social da desapareição deixou um “vazio [que] nos recorda cruelmente que a morte de um ser amado carece do acompanhamento até ao enterro ou à cremação»<sup>14</sup>. Assim, «a falta de cerimónia consoladora fez ressentir, incluindo aí o laico que eu sou, a necessidade de rituais que fazem reviver intensamente a pessoa morta nos nossos

10 Epicuro, “Lettre à Ménécée”, *Lettres*, Paris: F. Nathan (1982), (125) p. 77.

11 Baruch Espinosa, *Ética [demonstrada à maneira dos Géometras]* (1677), Coimbra: Atlântida (1965), Parte IV, Proposição LXVII, p. 81.

12 Edgar Morin, *Changeons de Voie: les leçons du coronavirus*, p. 64.

13 *Ib.*, p. 34.

14 *Ib.*, p. 35.

espíritos e atenuam a dor numa espécie de eucaristia»<sup>15</sup>, no quadro desta terrível realidade sanitária. Note-se como as sociedades ocidentais actuais não toleram mais a morte, que de certo modo tentaram domesticar, dissimulando-a na vida; se antes os mortos permaneciam misturados com os vivos, pois morria-se em casa rodeado pelos seus, no mundo hodierno não morremos, "partimos", desaparecemos. A própria palavra "morte" desaparece em favor de "óbito" – assim relatam os comunicados sobre a covid-19 – substituindo-se uma realidade carnal por um relatório administrativo.

Neste contexto, os governantes aprenderam, sim, mas a *administrar*, isto é, a gerir as previsões, as certezas, a burocracia, o controlo, os números: não aprenderam a *governar*, isto é, a assumir o risco e a contingência; diante dessa calamidade inesperada, os governos ficaram impotentes; se preciso for, como no início da pandemia, decreta-se inútil aquilo de que não dispúnhamos (máscaras, testes, etc.), ocorrendo até o inconcebível, como desvarios irracionais, alguns inimagináveis, como os de vários governos populistas, entre eles a brutal necropolítica exercida sobre a população, no Brasil.

#### b) *Pôr o social no centro da vida económica*

É verdade que a história humana é marcada por grandes crises que originaram mudanças imprevistas. O neurologista e psiquiatra francês Boris Cyrulnik, que passou a infância em campos de concentração na Alemanha de Hitler (analfabeto até à adolescência), a quem apenas restava a *vida*, a *esperança* e a *resiliência*, formou-se depois em medicina e é hoje uma das autoridades na sua especialidade (vários livros traduzidos) e disse em entrevista, lembrando a peste negra: “Antes da praga de 1348, os servos existiam, mas a praga causou tantas mortes que foi necessário cortejar os homens, e os camponeses, que, a partir de então, passaram a ser pagos, exercendo um trabalho que antes era servidão”, referindo-se à peste negra que matou 25 milhões de pessoas na Europa. Recorda também: «Quando eu vim ao mundo, antes da II Guerra Mundial, não havia previdência social, nem sistema de pensões», referindo-se à mudança cultural «inevitável» após cada crise; por isso, afirma: «é difícil prever; temos muitas informações cruzadas e estamos um pouco confusos antes de começarmos a resistir a esse vírus»<sup>16</sup>.

15 *Ib.*, pp. 35-36.

16 “Le changement de culture sera inévitable’ après la crise”, estime Boris Cyrulnik, Interview, *Europe 1* (Grand Journal du soir), le 20 mars 2020. <https://www.europe1.fr/sante/coronavirus-apres-la-crise-le-changement-de-culture-sera-inevitable-estime-boris-cyrulnik-3956779> (acesso em 12/07/2021).

O termo que usa é «resiliência»<sup>17</sup>, que não é «um catálogo de qualidades de um indivíduo», mas um processo que, do nascimento à morte, lhe faculta uma relação com o mundo, dada a capacidade do indivíduo nele se inserir. Se não estamos em guerra, todavia – diz aos 85 anos – organizemos a "resistência", fazendo da *provação* a nossa *força* para vencer a situação.

Para muitos, o mais importante é salvar a economia, a definir com as vagas pandémicas sucessivas. Mas, *que economia?* Se a peste negra pôs fim ao feudalismo – terrível regime de escravidão dos servos da gleba – se a pneumónica, há cem anos, contribuiu para instaurar estados de bem-estar com a prevalência de serviços públicos, é mister esperar que da actual pandemia resulte ao menos o estiolamento do capitalismo financeiro, que é de essência especulativo; ao invés do capitalismo agro-industrial ou comercial, não é produtivo. O desafio da futura economia é pôr o *social* no centro da vida económica.

Neste quadro, é inimaginável como na Europa e nos Estados Unidos se relegou a produção de bens essenciais, recorrendo-se, com a ganância do lucro, à mão-de-obra barata: muitas foram as empresas (do comércio à indústria) deslocalizadas para a China, que aliás, há décadas, surpreendia até o cidadão comum, que amiúde desabafava, estupefacto, mirando o que adquiria: como é possível só haver produtos *made in China*? Pasmese, pois, por todo o Ocidente nem sequer havia máscaras, roupas sanitárias, viseiras, ventiladores, etc. Lamentavelmente, a própria União Europeia legislara as medidas, o tamanho, a grossura, o peso, todos os detalhes para tais produtos, só que... faltava o melhor: produzi-los *do lado de cá*. Paradoxalmente, foi preciso uma pandemia – para cuja iminência não faltaram vozes autorizadas a alertar – para tornar óbvio às elites empresariais (europeias e americanas) que não poderíamos estar completamente dependentes! O cenário ainda será pior se as empresas cobiçadas que ainda restam forem negócio fácil para o gigante asiático! A insânia das cadeias de valor que tornaram os países da OCDE dependentes da China para o fornecimento de bens sanitários, etc. e da China e Índia para a produção de medicamentos, deixou o Ocidente enfraquecido, à mercê de apetites asiáticos. Passados 18 meses sobre o início da covid-19, constata-se que pouco ou nada mudou (as máscaras certificadas são ainda importadas da China). Que um novo afã de realocização industrial e comercial seja a lição que a realidade tornou óbvia! Como no mito da "caverna" de Platão, os que *deveriam ver* – o cidadão comum via! – só enxergavam mais lucro... Oxalá que sectores de saúde e de base agro-industrial estejam de volta

17 Boris Cyrulnik, *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*, Lisboa: Instituto Piaget (2003) p. 226.

à agenda económica ocidental, em todos os sectores, a começar pelos mais básicos, relativos aos cuidados de saúde.

Para o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (professor na Universidade de Berlim), o filósofo esloveno Slavoj Žižek equivocou-se ao afirmar que o vírus desferiu um golpe fatal no capitalismo<sup>18</sup>, evocando mesmo a emergência dum obscuro comunismo. Acredita até que o vírus poderá derrubar o regime chinês. Ora, para Han, nada disso irá acontecer, e o mais provável é assistirmos à China a tentar impingir a alegada superioridade do seu sistema digital como modelo de sucesso contra a pandemia e ostentar o seu sistema ainda com mais orgulho; após a pandemia, o capitalismo continuará ainda com mais pujança<sup>19</sup>. Arrepiam ler na imprensa que há empresas que distribuem chorudos dividendos e prémios de gestão, quando trabalhadores e empresários se debatem aflitivamente com as inclemências e incertezas do quotidiano... Repugna, pois, haver quem alvitre, que, após esta crise pandémica, com menos população e menos idosos, os problemas económicos facilmente se resolvem – posição que é o retorno às sombras da caverna! Mais difícil que a crise económica é superar a crise social.

Concordamos que o sucesso de um empreendimento deve ser medido pela criação de valor para a sociedade, a começar pelo emprego local, pelo bem-estar dos trabalhadores, pelo impacto ambiental. E Morin é lapidar: «(...) quanto mais nos tornamos senhores da biosfera, mais nos tornamos dependentes dela; quanto mais a degradamos, mais degradamos as nossas vidas»<sup>20</sup>. É ainda tempo também de integrar formalmente índices alternativos ao PIB que levem em conta critérios extra-económicos, tais como o índice de desenvolvimento humano proposto por Amartya Sen (Prémio Nobel da Economia) ou o índice de riqueza global criado pela ONU ou outro índice ilustrativo de progresso social.

*c) É preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder.*

No livro, *Este vírus que nos enlouquece*, de Bernard-Henry Lévy, que se lê dum fôlego, há afirmações com as quais facilmente anuímos, mas abundam aquelas com as quais discordamos. Convocando Foucault,

- 18 Slavoj Žižek, “Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de ‘Kill Bill’ y podría conducir a la reinvencción del comunismo” (27 febrero 2020), in *Sopa de Wuhan*, Editorial: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), marzo 2020, pp. 21-28. <http://iips.usac.edu.gt/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf> (acesso em 25/06/2021).
- 19 Byung-Chul Han, “La emergencia viral e el mundo de mañana”, *El País*, 22 marzo 2020; republicado em *Sopa de Wuhan*, *op. cit.*, pp. 109-110.
- 20 Edgar Morin, *Changeons de Voie: les leçons du coronavirus*, p. 31.

mais adiante Lacan, passando por La Boétie, La Fontaine, Pascal, Camus e Sartre, Girard, Levinas, e tantos outros da filosofia e da literatura, obviamente o seu mestre Canguilhem, afirma no prólogo: «(...) o que mais me impressionou não foi a pandemia. (...) Não, o mais impressionante é a forma, muito estranha, como estamos a reagir desta vez. É a epidemia, não somente da covid, mas a do *medo*, que se abateu sobre o mundo»<sup>21</sup>, tendo afirmado numa entrevista «que o risco de uma segunda vaga é fraco, que há capacidade hospitalar para uma segunda vaga» – afirmações que se mostraram falsas, portanto imprudentes – clamando que «é preciso acabar com o *discurso do medo*»<sup>22</sup>. Ora, é necessário discernir entre medo irracional – isso é *pânico* e não é bom – e os efeitos de *racionalização* do medo – a que aludimos no início. Já Hobbes, no *Leviatã*, carregou para a sua doutrina do Estado os malefícios do medo, como primeiro sentimento, mas logo tentou racionalizá-lo, pelos efeitos: «(...) outra consequência é que não há propriedade, nem domínio, nem distinção entre o meu e o teu» (*Leviatã*, I, XIII, 113). Como escreveu José Gil, «não é o simples medo da morte, é a angústia da morte absurda, imprevista, brutal e sem razão, violenta e injusta. Rebenta com o sentido e quebra onexo do mundo». Ora, «como atenuar o medo que nos tolhe? Com mais conhecimento, sim, e mais informação, e mais entreaajuda e racionalidade»<sup>23</sup>. Estas, sim, vias de racionalização do medo.

Bernard-Henry rebelou-se, zangado, por ex., contra «o fim do aperto de mão» – «um pequeno gesto com grande significado» – protocolo que ostentava publicamente, ao arrepio dos apelos de epidemiologistas e outros cientistas, portanto contra a evidência científica, ironizando ainda ou sobre «o delicioso confinamento» (capítulo 3) ou sobre «a vida, dizem eles» (capítulo 4), que mais não visavam que salvar «uma vida nua», «uma vida exangue, quase nula», «uma vida aterradora consigo própria e encafuada na sua toca kafkiana transformada em colónia penitenciária»<sup>24</sup>. Não é adequado referir-se a «uma vida em que consentíamos essa escorregadela: não o antigo *contrato social* (...), mas um novo *contrato vital* (abdicas um pouco, muito, do essencial da tua liberdade – e em troca eu ofereço-te uma garantia antivírus)»<sup>25</sup>. Quais seriam as consequências se tais imprecisões fossem seguidas, mormente em tempos de incerteza, como foram os primeiros meses da pandemia, quando o livro foi escrito? Se a publicação quis prevenir, na

- 21 Bernard-Henri Lévy, *Este vírus que nos enlouquece* (2020), trad. João Luís Zamith e André Tabares Marçal, Lisboa: Guerra & Paz (2020), pp. 8, 9. O itálico é nosso.
- 22 Bernard-Henri Lévy, “A democracia é o desfazer do distanciamento social” (Entrevista), *Expresso*, 25 de Julho 2020.
- 23 José Gil, “O medo”, *Público*, 15/03/2020.
- 24 Bernard-Henri Lévy, *Este vírus que nos enlouquece*, p. 79.
- 25 *Ib.*, p. 80.

senda de Foucault, contra o perigoso e redutor poder médico-científico, para ser um convite à vigilância dos concidadãos para que medidas sanitárias não viessem a transbordar o estrito quadro dum "estado de excepção" transitório, esse intento era oportuno para os chamados regimes iliberais e ditatoriais (Orbán, Erdogan, Putin, Xi, etc.), não o eram tanto para as democracias; e quando escreve que «é sempre mais fácil suspender uma liberdade do que reinstaurá-la, como são exemplo as políticas antiterroristas»<sup>26</sup>, esquece mais uma vez a regra de ouro das democracias.

Alega Lévy que «um dos principais objectivos da democracia é reduzir o distanciamento social, o distanciamento entre as classes, o distanciamento entre os poderosos e os humildes, entre os governantes e os governados»<sup>27</sup>. O escritor francês faria bem em atentar que, nesta crise, os cidadãos presenciaram em directo, como os “freios e contrapesos” (*checks and balances*) se exercem numa democracia: as autorizações parlamentares do “estado de emergência” eram periódicas e transitórias. Se Montesquieu advertia que «todo o homem que tem poder é levado a abusar dele», até encontrar limites, enfatizava também que, «para que se não possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder trave o poder»<sup>28</sup>, como os legisladores têm «o direito de frear as empresas do povo, como o povo tem o direito de frear as deles»<sup>29</sup>. Ademais, as noções de *contrapoder* e de *oposição* são inerentes à exigência democrática da limitação do poder – desde o controlo do poder político à denúncia de circuitos de corrupção. Além da função de *representação* política (embora minoritária), é do *sufrágio popular* que a oposição parlamentar adquire *legitimidade* para exercer um contrapoder político face à maioria que o exerce; a relação poder/contrapoder é, na lógica democrática, dinâmica e reversível, pois um sistema pluripartidário e concorrencial implica alternância política do poder – essa a “utilidade constitucional” da oposição.

Em suma: os desafios do pós-coronavírus não serão procedentes sem o respeito pelos imperativos acima explanados, isto é, o respeito pelo valor máximo da vida, pelo bem comum, em liberdade, na atenção ao outro e aos ditames da justiça social (criação de valor para a sociedade, a começar pelo emprego local, pelo bem-estar dos trabalhadores, pelo impacto ambiental), o respeito pelos princípios de exigência democrática.

26 *Ib.*, pp. 77-78.

27 Bernard-Henri Lévy, *Expresso*, 25 de Julho 2020.

28 Montesquieu, *Do Espírito das Leis* (1748), trad. Miguel Morgado, Lisboa: Edições 70 (2011), XI, IV, p. 303.

29 *Ib.* XI, VI, p. 309.